



---

## O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E OS REBATIMENTOS DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: A DIMENSÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

Evelyn Secco Faquin

### **Resumo:**

O presente trabalho tem como objeto o Serviço Social brasileiro, tendo como objetivo principal elaborar uma reflexão acerca dos determinantes estruturais que incidem sobre o Serviço Social brasileiro e situar sua dimensão política nesse contexto. Para a construção utilizamos como recurso metodológico a revisão de literatura, a partir de um olhar crítico.

**Palavras-chaves:** Serviço Social; Questão Social; Dimensão Política.

### **Abstract:**

The present work has as its object the Brazilian Social Work, with the main objective of elaborating a reflection on the structural determinants that affect the Brazilian Social and situate its political dimension in this context. We methodological option as a literature review, from a critical eye.

**Keywords:** Social Work; Social Issue; Political Dimension.

## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social como profissão, tem sua história marcada pelo próprio movimento das forças sociais presentes em nossa sociedade. Sejam essas movimentações relacionadas à categoria, aos usuários ou ao próprio capital.

Tendo em vista que faz parte da classe trabalhadora, tem um projeto profissional que apresenta sua opção por esta, no entanto, no cotidiano de suas ações sofre com as ofensivas do grande capital, na atualidade de recorte neoliberal, já que o projeto da categoria é contrário as prerrogativas impostas pela atual conjuntura.

Dessa maneira, o presente ensaio tem como objetivo elaborar uma reflexão acerca dos determinantes estruturais que incidem sobre o Serviço Social e situar sua dimensão política nesse contexto.

## 2. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SUAS INFLUÊNCIAS: CONTEXTO, DEBATES E DIMENSÃO POLÍTICA

Há hegemonia no interior da categoria profissional quando afirmamos que o Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, no interior da divisão social e técnica do trabalho e que atua no processo de reprodução das relações sociais.

Dessa maneira, tendo como ponto de partida o entendimento do Serviço Social enquanto membro da teia social, sendo uma profissão que atua diretamente na reprodução das relações sociais no contexto da sociedade capitalista, não podemos deixar de analisar que as transformações vivenciadas por essa sociedade e, por consequência, por esse modo de produção, incidem diretamente no exercício profissional desta categoria.

Cabe ressaltar, a partir dos apontamentos de Iamamoto e Carvalho (2005), que o processo de reprodução social é amplo, abrangendo não somente a reprodução da vida, mas sobretudo do modo de pensar, ou seja, a reprodução de um modo de vida. “Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 72).

Yazbek (2009) complementa que necessariamente devemos abordar o Serviço Social no contexto do processo de reprodução das relações sociais, sendo que o significado da profissão só pode ser desvendado a partir da sua própria inserção no interior da sociedade capitalista. Processo este, que pressupõe uma análise desta profissão, por meio de suas demandas e atribuições em uma realidade mais ampla. Assim, o Serviço Social não pode ser analisado em si mesmo, já que é socialmente condicionado.

A autora segue sua análise dizendo que é preciso então analisar esta profissão no âmbito das respostas que a sociedade capitalista e o Estado constroem frente à questão social e suas expressões, em várias dimensões. Já que o Serviço Social centra sua atuação nas manifestações/expressões da questão social. Tendo assim uma atividade contraditória, ao passo que atende tanto as requisições da classe dominante, quando da classe dominada, por meio de seu exercício.

Iamamoto e Carvalho (2005) vão definir como questão social, as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e principalmente sua entrada no contexto político, tendo em vista a exigência de serem reconhecidos como classe perante o empresariado e o Estado. Os autores complementam: “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 77).

Assim, a partir dessas referências o Serviço Social constrói sua ação, tendo em vista a multiplicidade de fatores que a condicionam, inclusive as especificidades contemporâneas.

Netto (1996) assevera que é na década de 1970 que emergem visivelmente transformações societárias. Transformações essas que reconfiguram necessidades sociais já existentes e criam novas, incidindo diretamente no cotidiano das profissões.

Estas transformações consistem na crise do modelo fordista-keynesiano; processos de globalização; Revolução Tecnológica; flexibilização dos contratos de trabalho; aumento da inserção no mercado de trabalho de mulheres e jovens para a subsistência das populações; redução do “trabalho vivo” e por consequência uma diminuição da classe operária.

Dessa forma, podemos verificar que essas transformações se constituem enquanto solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais, sendo que, se apresentam inclusive modificações no perfil demográfico, na educação formal e na própria estrutura das famílias (NETTO, 1996).

As modificações apresentadas são iniciadas na década de 1970 mas continuam em constante processo de efetivação. Sendo agravadas na realidade brasileira, pelo já existente contexto de desigualdade social e não existência de padrões de proteção social consolidados. Desse modo, os padrões liberalizantes se tornam ainda mais cruéis.

Iamamoto (2010) acrescenta a essa discussão as influências do predomínio do capital financeiro nos tempos atuais.

A efetiva mundialização da “sociedade global” é acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. Este tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar o capital que rende juros (IAMAMOTO, 2010, p. 106-107).

A autora apresenta que o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação, envolvendo a economia, sociedade, política e cultura. Atingindo assim o universo do trabalho, ou seja, a própria classe trabalhadora e suas respectivas lutas.

Iamamoto (2010) reflete que as demandas sociais e por consequência os direitos sociais, provenientes das lutas dos trabalhadores organizados sofrem uma ampla regressão, mediante também

a prevalência da ordem neoliberal. Neoliberalismo este, que se coloca a favor da economia política do capital.

Estes determinantes, assim como os apresentados acima por Netto (1996) incidem diretamente no campo das políticas sociais públicas e privadas, locus privilegiado do exercício profissional do Assistente Social.

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada (IAMAMOTO, 2009, p. 14).

Cabe ressaltar que a própria questão social passa a ter novas expressões, ocasionando que se instale também um novo debate acerca de sua concepção. Debate este, proveniente principalmente de autores europeus, que passam a proclamar a existência de uma “nova questão social”.

Assim, é pertinente que façamos um breve retorno histórico e discutamos quais são as fundamentações que essa corrente utiliza para desencadear o debate acerca dessa suposta “nova questão social”.

Na primeira metade do século XIX, a busca incessante do capital pela acumulação, faz com que ocorra o crescimento do pauperismo, que lamamoto (2004, p. 15) cita como “o segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, porém desempregados”.

A industrialização imposta pelo capital irá resultar em uma pauperização do trabalhador, fazendo com que mais membros das famílias ingressem no mundo trabalho, ou seja, mulheres, crianças e adolescentes se tornam assalariados para o aumento da renda familiar, como explica Pimentel (2007, p. 171)

A pauperização do trabalhador resultante da industrialização impõe ingresso de sua família no mercado de trabalho – a partir do momento em que as mulheres e as crianças passam também a fazer parte da mão de obra assalariada – para a ampliação da renda e para assegurar a reprodução social do trabalho e de sua família, ao mesmo tempo que impulsiona a classe trabalhadora a se organizar e lutar em busca de seus interesses.

Devido a esse processo de acumulação do capital e intensificação da extração da mais-valia, cria-se uma pobreza extrema, tendo uma classe operária com seus propósitos não atendidos e uma classe de detentores dos meios de produção, que não atende minimamente as necessidades de sobrevivência do proletariado, tendo esses salários baixíssimos e altas jornadas de trabalho.

A partir desse contexto de exploração excessiva, no século XIX, surge a chamada “questão social”. De acordo com Yazbek (2008):

A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais, engendradas pelas relações sociais constitutivas de um capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada no século XIX quando os trabalhadores reagem à exploração do seu trabalho resultante da revolução industrial. (p. 02)

A questão social está relacionada à emergência do trabalhador, enquanto classe operária, no cenário político, através de lutas que buscam melhorias e direitos pertinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe, como explica Yazbek (2008):

A questão social esta completamente ligada à questão da exploração do trabalho vivo, e a aparição de organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social. (p. 03)

Processo este que irá romper com o domínio privado da exploração do trabalho pelo capital, trazendo a questão social para a esfera pública. Exigindo que o Estado interfira para que haja o reconhecimento e a legalização dos direitos da classe trabalhadora.

Assim, a partir dos apontamentos das autoras, verificamos que a questão social está vinculada à exploração do trabalho, resultante na divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo, sendo que a parcela maior fica detida nas mãos do capital e parcela mínima é distribuída entre os trabalhadores. Temos como resultado o embate capital/trabalho, estimulando à entrada dos trabalhadores na esfera pública de maneira organizada e mobilizada em prol de direitos.

Segundo Netto (2004), a classe trabalhadora em seu processo de luta tem a consciência política de que a exploração, a precarização do trabalho vivo, as desigualdades e os antagonismos existentes, são frutos da relação entre capital/trabalho, proveniente do modo de produção capitalista, o qual provoca o conflito entre classes. Portanto, tomam consciência de que somente com a eliminação do capital, haverá a supressão da questão social e conseqüentemente de suas expressões.

O autor reitera que a questão social, nessa perspectiva teórico analítica, não tem haver diretamente com o desenvolvimento de problemas sociais, os quais a ordem burguesa herdou da sociedade humana, e sim exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Todas essas mudanças trouxeram grandes conseqüências para os setores trabalhadores e com o passar dos anos houve um aumento da taxa de desemprego, assim como o aumento da precariedade das condições de emprego, mudanças que levaram alguns autores a pensar que estamos diante de uma “nova sociedade”, com “novos problemas”, “novos atores sociais” e “novas” formas de participação política. (PASTORINI, 2010, p. 19)

Desta maneira, a partir dos anos 1990, autores europeus apontam a existência de uma suposta “nova questão social”, decorrente das transformações capitalistas na contemporaneidade, as quais trazem novas configurações para o trabalho e sociedade salarial.

A partir dessa conjuntura a “questão social” começa a ser questionada, devido as modificações vivenciadas pelo mundo do trabalho, desencadeada pelas novas exigências tecnológicas e econômicas do capitalismo moderno, contexto este marcado por novas formas de pobreza e nova exclusão social, de modo que os antigos problemas tenham se expandido.

Yazbek (2004 e 2008) e Pastorini (2010) contrapõem a idéia de “nova questão social”, afirmando que estamos diante de uma nova conjuntura e não diante de uma nova questão social, uma vez que “as manifestações das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social encontram-se embasadas nos processos estruturais do desenvolvimento capitalista”. (PASTORINI, 2010, p.114)

Questões que assumem grande relevância nesse contexto são: as transformações das relações de trabalho e as perdas e transformações dos padrões de proteção social. Ou seja, não se trata de uma

“nova questão social”, uma vez que a questão social continua com as mesmas características que a originou no século XIX, sendo esta a expressão das manifestações e antagonismos engendrados pela reprodução das relações capitalistas.

A questão social vai assumir formas específicas de acordo com sua formação social, com as transformações capitalistas, gerando uma desestabilização dos trabalhadores, além da exploração, a diminuição dos padrões de proteção social, em consequência o aumento da pobreza e desigualdade social.

Iamamoto (2009) apresenta que cabe ao Assistente Social decifrar as multifacetadas refrações da questão social no cotidiano da vida social, tendo em vista manifestações universais, particulares e singulares, assim como a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos entre outros, sendo que se constituem a “matéria” do trabalho do Assistente Social.

Mediante a esse contexto, ao voltarmos nosso olhar para o Serviço Social brasileiro, verificaremos que na contramão desse processo de redução de direitos e ampliação de desigualdades sociais, a profissão constrói um projeto profissional inovador e oposto a essas determinações, lutando pela consolidação de direitos em busca da construção de uma outra ordem societária.

No âmbito desta discussão, Iamamoto (2009) afirma que a luta pela afirmação de direitos na sociedade contemporânea, se constitui em luta contra o próprio capital. A autora também reflete que o projeto profissional é inovador e crítico, estando calçado na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e leva em consideração as especificidades da formação histórica vivenciada pelo Brasil.

Esse projeto ganha hegemonia perante a categoria na década de 1990, mas ao passo que se formata esse projeto, existe a entrada do neoliberalismo, estabelecendo-se assim um antagonismo com o Projeto Ético-Político. Ao passo que esse direcionamento neoliberal pressupõe a liquidação de direitos sociais, privatização dos órgãos públicos e um sucateamento dos serviços públicos, penalizando a população. Fatores esses totalmente na contramão do que se apresenta enquanto bandeira de luta no interior do projeto profissional. Netto (2009) nos diz que a atual conjuntura se constitui enquanto ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social, todavia, afirma que este tem futuro.

Iamamoto (2009), nos trás que são inúmeros os desafios profissionais e acadêmicos que o Serviço Social tem que enfrentar na cena contemporânea, entre eles: exigir uma rigorosa formação teórico-metodológica, a qual dê subsídios para a leitura da sociedade contemporânea; acompanhar o processo de ampliação do ensino superior (principalmente por meio de instituições privadas e à distância), tendo em vista a qualidade acadêmica da formação universitária; estabelecer uma articulação com entidades, forças políticas e movimentos sociais, em defesa do trabalho e de direitos; lutar para a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano e cultivar uma atitude crítica e ofensiva, no que se refere à defesa das condições de trabalho e ampliação de autonomia profissional.

A partir do contexto apresentado cabe-nos refletir brevemente sobre o papel que ocupa a dimensão política da profissão no contexto contemporâneo. Sendo que, quando pensamos a atuação profissional, verificamos que esta se materializa por meio do planejamento, execução e avaliação de políticas sociais, no entanto, esta pressupõe uma dimensão política, ou seja, a direção teórica e o posicionamento no interior do conflito de classes que esta ocupa. O simples ato de optar por determinadas atividades, modos de gerenciamento, formas de atendimento, já revela as opções teóricas e a leitura conjuntural feita pelos profissionais. Ou seja, como diria Teixeira (1995), a concepção da dimensão política do exercício profissional, está relacionada a uma concepção de mundo. Tendo em vista o contexto apresentado linhas atrás é de extrema relevância que nos questionemos sobre como esta dimensão política está sendo efetivada nos processos de trabalho dos Assistentes Sociais brasileiros. Já que como reflete lamamoto (2009), os profissionais trabalham em terreno movido por interesses distintos, na tensão entre a produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo.

lamamoto (2011) afirma que o cerne do debate acerca da dimensão política do exercício profissional é a relação da profissão com o poder de classe. No entanto, o que nos cabe refletir é, a que classe o exercício profissional do Assistente Social está procurando fortalecer.

lamamoto (2004) ressalta que o fazer profissional é profundamente marcado por interesses de classes antagônicas incluídos na organização da sociedade recriando-se no exercício profissional, e que não pode ser eliminado. Restando apenas ao Assistente Social desenvolver estratégias políticas e profissionais.

Assim o caráter do exercício profissional é de cunho político: nasce das relações de poder postas na sociedade, sendo que esta especificidade não depende de uma intenção do assistente social, não depende exclusivamente da atuação de cada profissional ou de seu compromisso. Ele se apresenta conforme sua atuação é atribuída por estratégias de classes voltadas para a esfera da sociedade, que se corporificam através do Estado, de outros organismos da sociedade civil expressos nas políticas sociais públicas e privadas e nos órgãos institucionais, nos quais os assistentes sociais trabalham; são organismos de hegemonia e coerção que são afetados pelo rebatimento das manifestações das classes subalternas na sua coletiva luta em busca da sobrevivência, tendo em vista fazer valer seus objetivos e necessidades sociais.

Embora o assistente social disponha de uma relativa autonomia na condução de seu trabalho, o que lhe permite atribuir uma direção social ao exercício profissional, os organismos empregadores também interferem no estabelecimento de metas a atingir. Detém poder para normatizar as atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização, salário, jornada, ritmo e intensidade do trabalho, direitos e benefícios, oportunidades de capacitação e treinamento, o que incide no conteúdo e nos resultados do trabalho. (IAMAMOTO, 2008, p. 182).

Nessa mesma discussão acerca da dimensão política da profissão, Silva (2009) ressalta que essa compreensão não nega as determinações da emergência e a justificativa social da profissão, a partir da sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, enquanto profissão da assistência, nem nos

transforma, também, em decorrência do exercício profissional, em militantes político partidários. Mas, sobretudo, revela e reforça nossa função educativa que pode e deve se dar associada à prestação de serviços concretos.

Assim, a autora demonstra que o caráter político da prática profissional se evidencia a partir da função educativa que esta assume em sua inserção no contexto das relações sociais, ou seja, a dimensão política do Serviço Social enquanto profissão, se expressa na sua atuação como prática inibidora ou estimuladora da luta política das classes, considerando a sua inserção no interior das relações sociais contraditórias.

Iamamoto (2009) afirma que os Assistentes Sociais executam ações de cunho socioeducativo viabilizando acesso à direitos, como também aos meios necessários para exercê-los.

[...] contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 06).

A ação profissional, dessa maneira, está vinculada não só à mediação para acesso a direitos, mas também para a capacitação necessária à participação política.

Dessa maneira, a categoria profissional tem que continuar o processo de efetivação do atual projeto profissional. Entendendo que sua hegemonia e efetivação dependem das atividades diárias desempenhadas no cotidiano dos espaços ocupacionais, não sendo localizadas em momentos de mobilização da categoria, mas no processo diário do exercício profissional.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exposto, verificamos que as transformações vivenciadas no contexto atual, incidem diretamente sobre o Serviço Social. Alterando as expressões da questão social, as relações de trabalho em que os profissionais estão expostos em um universo de retração de direitos, entre outros fatores.

Pudemos observar que embora estejamos vivenciando tal contexto, o projeto profissional do Serviço Social tem uma vertente crítica, o qual luta em favor da ampliação de direitos e eliminação de desigualdades. Mediante tal impasse, cabe a categoria profissional por meio do exercício profissional desenvolver estratégias que garantam a hegemonia desse projeto.

Dessa forma a dimensão política da profissão deve se construir tendo em vista a opção pela classe subalterna, propiciando que as ações desenvolvidas pelos profissionais realizem um movimento contrário à lógica do capital, embora façamos parte da classe trabalhadora e que enquanto trabalhadores também estejamos expostos a condições aviltantes de exercício profissional. Assim, é preciso resistir.



#### 4. REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília n. 3, 2. ed., p. 09-32, jan/jul 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo n. 50., p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília n. 3, 2. ed., p. 41-50, jan/jul 2004.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”?** Raízes Materiais e Humano-Sociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje. Maceió: UFAL, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Concepção da dimensão política da prática profissional. In: ANAS. **Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais**. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Congresso Chico Mendes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília n. 3, 2. ed., p. 33-40, jan/jul 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade. In: IEE. **Curso de Capacitação de Gestores Sociais**. São Paulo: IEE, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.